



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168989 - ES (2019/0315167-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI

SUSCITANTE : YARA ALIMENTOS EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADOS : BRUNO REIS FINAMORE SIMONI - ES005850

LUIZ FELIPE ZOUAIN FINAMORE SIMONI - ES009068

THIAGO FONSÊCA VIEIRA DE REZENDE - ES010866

FÁBIO DA FONSECA SAID - ES011978

**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL ESPECIALIZADA
EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE
VITÓRIA - ES**

**SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por **YARA ALIMENTOS EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, envolvendo o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, no qual se processa a recuperação judicial da suscitante (processo n.º 0023047-49.2011.8.08.0024, e o Juízo Federal da 3ª Vara de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo/ES, onde tramita a execução fiscal n.º 0003253-16.2012.4.02.5001.

A suscitante afirma, em resumo, que foi deferido seu pedido de recuperação judicial pelo Juízo da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES que, além de determinar a suspensão das ações e execuções movidas contra a recuperanda, consignou, de forma expressa, na linha da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão de todo e qualquer ato que importe em constrição patrimonial desta empresa.

Aduz, outrossim, que "(...) embora o processamento da recuperação judicial da Suscitante tenha sido informado nos autos da execução fiscal, em petição datada de 22 de março de 2012, o Juízo da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória decidiu que 'a execução fiscal deve prosseguir até que seja concretizada eventual penhora nestes autos.'. Acrescenta, nesse contexto, que "(...) o Juízo determinou justamente a penhora do imóvel em que está estabelecida a empresa, objeto da Matrícula n.º 2.582 do Cartório de Registro de Imóveis de Viana (ES)."

Afirma, assim, que "(...) o Juízo da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, atendendo a requerimento da Fazenda Nacional, proferiu nova decisão, datada de 2 de agosto de 2019, na qual nomeou leiloeira e marcou dia e hora para a realização de leilão do imóvel anteriormente penhorado."

Contudo, em suas razões, afirma que a competência para a realização e concretização de atos constitutivos é do juízo da recuperação judicial, a teor dos seguintes julgados desta eg. Corte Superior: CC152900/SP; CC1519654/BA; CC162786/GO.

Pediu, assim, liminarmente, a fixação da competência do Juízo da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, para decidir sobre as questões que afetam o patrimônio da suscitante, bem como a suspensão do curso da execução fiscal n.º 0003253-16.2012.4.02.5001. No mérito, requerei a confirmação da liminar, no tocante à competência do magistrado recuperacional.

Às fls. 306/309, este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de determinar a abstenção do r. Juízo Federal da 5ª Vara de Execuções Fiscais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro/RJ de atos que impliquem a constrição de bens ou valores da empresa suscitante nos autos da execução fiscal n.º 0003253-16.2012.4.02.5001, e designar o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até ulterior deliberação do relator.

Prestadas as informações (fls. 320/327), o MPF ofertou parecer no sentido da declaração de competência do r. juízo da recuperação judicial. (fls. 329/332)

É o relatório.

Decisão.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça e da Segunda Seção para o conhecimento e processamento do presente conflito, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, I, "d", da Constituição Federal.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais, sejam eles fiscais ou trabalhistas, promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n.º 7.661/45 ou da Lei n.º 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, valendo conferir, no mesmo sentido, os precedentes que seguem: AgRg no RCD no CC 134.598/AM, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/03/2015, DJe 06/04/2015.

Além disso, a jurisprudência desta Corte Superior perfilha entendimento no sentido de que o deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, de acordo com o disposto no art. 6º, § 7º, da Lei n.º 11.101/05, com a ressalva nele prevista. Todavia, na execução fiscal não é permitida a prática de atos que comprometam o patrimônio do devedor ou excluam parte dele do processo de recuperação judicial. Registra-se, nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no CC 81.922/RJ, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/02/2016, DJe 04/03/2016; EDcl no AgRg no CC 132.094/AM, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 16/12/2014.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ conheço do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator